

FAMI 2030

Programa do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

RELATÓRIO ANUAL DE DESEMPENHO 2022

Controlo do documento

Versão	Data de reporte	Data de aprovação	Descrição
1	11/05/2023	19/05/2023	Versão inicial

RELATÓRIO ANUAL DE DESEMPENHO 2022

PROGRAMA DO FUNDO PARA O ASILO, A MIGRAÇÃO E A INTEGRAÇÃO

Identificação

<i>CCI</i>	2021PT65AMPR001
<i>Título</i>	Relatório anual de desempenho 2022
<i>Versão</i>	1
<i>Exercício contabilístico</i>	2022
<i>Data de aprovação pelo comité de acompanhamento</i>	19/05/2023

1. Desempenho

1.1. Progressos realizados na execução – artigo 35.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) 2021/1147

Considerando que o Programa do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, doravante Programa FAMI 2030, foi aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C(2022)9332, de 8 de dezembro de 2022, constata-se que **o Programa não registou execução, física ou financeira, em qualquer objetivo específico, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2022.**

Em todo o caso, importa ressaltar que, após a adoção do Programa FAMI 2030, foi possível desenvolver um conjunto de ações centrais para o início da sua execução, designadamente:

- estabelecer o modelo nacional de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027, através do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro (anexo I);
- criar a autoridade de gestão do Programa FAMI 2030, que reveste a natureza de estrutura de missão, através de Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro (anexo II);
- instituir o comité de acompanhamento do Programa FAMI 2030, através do Despacho n.º 3469/2023, de 17 de março (anexo III);
- estabelecer o regime geral de aplicação dos fundos europeus, incluindo o FAMI com as necessárias adaptações, através do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março (anexo IV);
- designar a comissão diretiva da autoridade de gestão do Programa FAMI 2030, através do Despacho n.º 3761-A/2023, de 23 de março (anexo V).

Com a estabilização da arquitetura organizacional do Programa FAMI 2030 e com a entrada em pleno funcionamento da sua autoridade de gestão e do seu comité de acompanhamento, é já possível observar progressos na preparação da execução do Objetivo Específico 4 – Solidariedade.

De facto, o comité de acompanhamento do Programa FAMI 2030, reunido pela primeira vez a 17 de abril de 2023, aprovou os critérios gerais de seleção das candidaturas ao Programa e os critérios,

subcritérios e ponderadores de candidaturas a submeter no âmbito da tipologia de operação “Reinstalação e admissão por motivos humanitários (artigo 19.º)” (anexo VI).

Após a supradita aprovação, a autoridade de gestão do Programa FAMI 2030 elaborou a proposta de aviso para execução do primeiro exercício de *pledging* para a reinstalação e admissão por motivos humanitários 2021-2022. A proposta em apreço mereceu parecer positivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, na qualidade de órgão de coordenação técnica do FAMI 2030, e posterior aprovação da Subcomissão Específica do Programa FAMI 2030, órgão de coordenação política do Programa.

Na sequência deste processo, foi lançado, a 19 de abril de 2023, o aviso por convite FAMI2030-2023-1 (anexo VII), dirigido ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras atentas as suas atribuições exclusivas nas matérias em apreço, com uma dotação de 9 400 000,00€ e uma taxa de cofinanciamento de 100%.

Tratou-se de um aviso enquadrado na medida de execução “Reforçar a solidariedade e a cooperação com os países terceiros afetados pelos fluxos migratórios, designadamente através da reinstalação na União e de outras vias legais para obtenção de proteção na União” e nos domínios de intervenção “003. Reinstalação (artigo 19.º)” e “004. Admissão por motivos humanitários (artigo 19.º)”, conforme estabelecido nos anexos II e VI do Regulamento (UE) 2021/1147 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021.

O aviso encerrou a 5 de maio de 2023, tendo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras submetido candidatura que se encontra em apreciação pela autoridade de gestão do Programa FAMI 2030.

No atinente às medidas tomadas e às atividades pertinentes relacionadas com a execução da parceria, sublinha-se, desde logo, a composição do comité de acompanhamento do Programa FAMI 2030 que inclui um leque bastante abrangente de entidades (cf. anexo III), nomeadamente: representantes das autarquias locais (municípios e freguesias) e dos parceiros sociais (entidades patronais e sindicais), das universidades portuguesas e dos institutos superiores politécnicos, de entidades da economia social e de organizações não governamentais, de programas do Portugal 2030 e da estrutura de missão do Plano de Recuperação e Resiliência e, ainda, dos organismos responsáveis pela promoção da inclusão social, dos direitos fundamentais, dos direitos das pessoas com deficiência, da igualdade de género e da não discriminação, entre outros.

Por último, importa referir que a autoridade de gestão do Programa FAMI 2030 encontra-se a delinear um Programa de Capacitação para os (potenciais) beneficiários do Fundo, com o objetivo de reforçar as capacidades técnico-administrativas destas entidades, como aliás está previsto na *Medida 6: Capacitação* da assistência técnica do Programa.

1.2. Problemas que afetam o desempenho – artigo 35.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) 2021/1147

A não observância de execução física ou financeira do Programa FAMI 2030 em qualquer um dos seus objetivos específicos no período temporal abrangido pelo presente relatório, decorreu sobretudo de atrasos processuais, que já se encontram ultrapassados.

Desde logo, importa sinalizar atrasos imprevistos na adoção do Programa FAMI 2030, a qual viria a ocorrer a 8 de dezembro de 2022. Importa, igualmente, sinalizar que a aprovação do modelo de governação e do regime geral de aplicação dos fundos, bem como a nomeação dos órgãos previstos nesse modelo apenas teve lugar no primeiro trimestre de 2023.

Por conseguinte, só em abril de 2023 estiveram reunidas as condições organizacionais e administrativas para o lançamento do primeiro aviso do Programa FAMI 2030, o que aconteceu a 19 de abril de 2023 e, assim, dar-se início ao processo conducente à sua execução física e financeira.

Por último, cumpre dar nota de que se perspetiva que a prorrogação do período de elegibilidade das despesas do Programa FAMI 2014-2020 até 31 de dezembro de 2023 venha a ter um impacto negativo no arranque da execução do Programa FAMI 2030, atendendo a que muitos dos potenciais beneficiários do Fundo têm projetos a decorrer até àquela data. Neste contexto, e de forma a mitigar aquele impacto negativo, a autoridade de gestão do Programa pretende:

- 1) num primeiro momento, apostar no lançamento de avisos para a apresentação de candidaturas em tipologias de operação não abrangidas pelo Programa FAMI 2014-2020, ou cujas operações já tenham encerrado (avisos extraplano);
- 2) num segundo momento, avançar com um pacote alargado de avisos para a apresentação de candidaturas em outubro de 2023 que permita o início das operações a 1 de janeiro de 2024;
- 3) focar o âmbito e os objetivos da avaliação intercalar, prevista no n.º 5 do artigo 44.º do Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, em matérias procedimentais, incluindo aspetos relativos à simplificação, bem como na análise da relevância, da atualidade e da coerência, interna e externa, da estratégia do Programa FAMI 2030.

Quanto ao demais, ou seja, alterações da estratégia e eventuais pareceres fundamentados emitidos pela Comissão Europeia relativamente a processos por infração, não existe informação a reportar.

1.3. Medidas de atenuação específicas

Nesta fase, não existe informação a reportar para o tópico em apreço.

1.4. Apoio operacional – artigo 21.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2021/1147

Nesta fase, não existe informação a reportar para o tópico em apreço.

1.5. Ações específicas

Nesta fase, não existe informação a reportar para o tópico em apreço.

Objetivo específico	Nome / Número de referência da ação	Beneficiário	Período de execução	Custo elegível	Despesa elegível	Progressos realizados nos indicadores comuns e/ou específicos do programa pertinentes	
						Realização	Resultado
n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

1.6. Reinstalação e recolocação – artigo 35.º, n.º 2, alíneas g) e h), do Regulamento (UE) 2021/1147

Atenta a não observância de execução física ou financeira do Programa FAMI 2030 no período temporal abrangido pelo presente relatório, os valores infra são nulos.

Número de pessoas admitidas no âmbito da reinstalação	0
Número de pessoas admitidas no âmbito da admissão por motivos humanitários, em conformidade com o artigo 19.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2021/1147	0
Número de pessoas vulneráveis admitidas no âmbito da admissão por motivos humanitários, em conformidade com o artigo 19.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2021/1147	0
Número de requerentes ou beneficiários de proteção internacional - transferências de entrada	0
Número de requerentes ou beneficiários de proteção internacional - transferências de saída	0

1.7. Apenas em 2024: Continuação de projetos – artigo 39.º, n.º 4, alínea c), do Regulamento (UE) 2021/1147

Não aplicável.

2. Complementaridade – artigo 35.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) 2021/1147

Atenta a não observância de execução física ou financeira do Programa FAMI 2030 no período temporal abrangido pelo presente relatório, não é ainda possível sinalizar complementaridades e sinergias ao nível da execução do Programa.

Todavia, importa deixar expressa a dinâmica já iniciada pela autoridade de gestão do Programa FAMI 2030 de fomento da complementaridade e de sinergias entre as ações a apoiar pelo FAMI e o apoio prestado por outros fundos da União, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência. Esta dinâmica tem lugar em três *fora* distintos, mas complementares:

- Comité de acompanhamento – estrutura de importância capital para a execução do Programa FAMI 2030, integra, entre outras, as autoridades de gestão do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI) e dos programas regionais, bem como a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, responsável pela implementação do Plano de Recuperação e Resiliência. Numa lógica de reciprocidade, a autoridade de gestão do Programa FAMI 2030 encontra-se já representada nos CA do PDQI e do Programa da Região Autónoma da Madeira.
- Redes de articulação funcional – a autoridade de gestão do Programa FAMI 2030 tem assento em cinco redes de articulação funcional, conforme disposto no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, a saber: coordenação; monitorização e avaliação; comunicação; capacitação e qualificação da procura; demografia, qualificações e inclusão. Nesta matéria, sinaliza-se a presença da autoridade de gestão nas primeiras reuniões das redes de monitorização e avaliação, de coordenação e de comunicação, ocorridas a 23 de março e a 4 e 5 de maio de 2023, respetivamente.
- Reuniões bilaterais – a autoridade de gestão do Programa FAMI 2030 iniciou uma ronda de reuniões bilaterais com autoridades de gestão de Programas financiados ao abrigo do Portugal

2030, bem como com entidades nacionais responsáveis pela implementação de políticas públicas relevantes para os desígnios do Programa (por exemplo, habitação, emprego, educação), com o objetivo de reforçar a cooperação entre serviços.

3. Execução do acervo da União, cooperação e solidariedade – artigo 35.º, n.º 2, alínea d), do Regulamento (UE) 2021/1147

Atenta a não observância de execução física ou financeira do Programa FAMI 2030 no período temporal abrangido pelo presente relatório, ainda não é possível sinalizar a execução do acervo da União, cooperação e solidariedade.

Não obstante, recupera-se a informação já disponibilizada em pontos anteriores deste documento sobre o lançamento do primeiro aviso FAMI2030-2023-1 cujo foco é precisamente o de dar sequência à execução do primeiro exercício de *pledging* para a reinstalação e a admissão por motivos humanitários 2021-2022, enquadrado na medida de execução “Reforçar a solidariedade e a cooperação com os países terceiros afetados pelos fluxos migratórios, designadamente através da reinstalação na União e de outras vias legais para obtenção de proteção na União”.

4. Comunicação e promoção da notoriedade – artigo 35.º, n.º 2, alínea e), do Regulamento (UE) 2021/1147

Atenta a não observância de execução física ou financeira do Programa FAMI 2030 no período temporal abrangido pelo presente relatório, ainda não é possível sinalizar a execução de atividades de comunicação e promoção da notoriedade.

Todavia, sinalizam-se as atividades preparatórias já em curso para a aquisição de serviços externos de desenho do plano de comunicação do Programa, nomeadamente em termos de procedimentos pré-contratuais. Sinaliza-se, igualmente, a preparação do *website* do Programa (em fase avançada dos trabalhos) e a criação da marca FAMI 2030 e do respetivo logotipo oficial (anexo VIII) que se encontram em fase de registo junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, IP).

De referir, ainda, que o primeiro aviso lançado pela autoridade de gestão do Programa FAMI 2030 a 19 de abril de 2023 foi já publicado no Balcão dos Fundos, bem como no [Portal dos Fundos Europeus](#).

Por último, cumpre dar nota de que a autoridade de gestão do Programa FAMI 2030 é parte integrante da rede de comunicação, conforme referido no ponto 2. do presente relatório, o que representa uma mais-valia em termos de complementaridade, sinergias e harmonização de atividades de comunicação dos fundos europeus em Portugal. Neste contexto, foi possível participar na primeira reunião daquela rede, ocorrida a 5 de maio de 2023.

5. Condições habilitadoras e princípios horizontais

5.1 Condições habilitadoras – artigo 35.º, n.º 2, alínea f), do Regulamento (UE) 2021/1147

Nesta fase, não existe informação a reportar para o tópico em apreço.

No entanto, importa salientar que as condições habilitadoras horizontais aplicáveis ao Programa FAMI 2030 (H1, H3 e H4) encontram-se cumpridas.

No atinente ao acompanhamento técnico do cumprimento daquelas condições ao longo do período de programação, sublinha-se que esta competência está atribuída ao órgão de coordenação técnica dos fundos europeus em Portugal, ou seja, à Agência para o Desenvolvimento

e Coesão, IP, em estreita colaboração com a autoridade de gestão do Programa FAMI 2030, a quem compete apoiar aquele órgão na matéria em apreço (cf. anexo I).

Por último, importa sublinhar que o comité de acompanhamento do Programa FAMI 2030 integra entidades que, a nível nacional, são responsáveis por garantir o cumprimento e/ou acompanhamento do cumprimento das condições habilitadoras horizontais H1, H3 e H4, como disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro. As entidades são: o IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., a DGPI - Direção Geral da Política da Justiça, o INR - Instituto Nacional de Reabilitação, I.P. e a CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

5.2 Conformidade com os princípios horizontais – artigo 9.º, do Regulamento (UE) 2021/1060

Nesta fase, não existe informação a reportar para o tópico em apreço.

Todavia, a autoridade de gestão do Programa FAMI 2030 encontra-se a trabalhar numa proposta de critérios de seleção para novas tipologias de operação do Programa, onde os princípios horizontais previstos no artigo 9.º do Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021 serão devidamente acautelados, em razão das matérias, e em estreita articulação com a Comissão Europeia e com os membros do comité de acompanhamento, estrutura responsável pela sua aprovação.

6. Projetos em países terceiros ou relacionados com países terceiros – artigo 35.º, n.º 2, alínea i), do Regulamento (UE) 2021/1147

Nesta fase, não existe informação a reportar para o tópico em apreço.

7. Resumo – artigo 35.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2021/1147

- Progressos realizados na execução do Programa FAMI 2030

À data de 30 de junho de 2022, o Programa FAMI 2030 ainda **não observava execução física ou financeira**. No entanto, registam-se progressos na preparação da execução do Objetivo Específico 4 – Solidariedade.

- Quaisquer problemas que afetem o desempenho do programa

A não execução do Programa FAMI 2030 decorre, sobretudo, de **atrasos processuais** que se encontram totalmente ultrapassados. Prevê-se que a **prorrogação do período de elegibilidade do Programa FAMI 2014-2020** até 31 de dezembro de 2023 possa vir a impactar negativamente quer no arranque da execução física e financeira do Programa FAMI 2030, bem como na avaliação intercalar do Programa prevista no n.º 5 do artigo 44.º do Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho.

- Complementaridade das ações apoiadas ao abrigo do Fundo e o apoio prestado por outros fundos da União

Pese embora não ser possível sinalizar complementaridades e sinergias ao nível da execução do Programa, é de destacar os trabalhos já em curso ao nível da dinamização do **comité de acompanhamento** do Programa FAMI 2030, da participação da autoridade de gestão em **redes de articulação funcional** e, ainda, de um intenso roteiro de **reuniões bilaterais** com autoridades de gestão de outros Programas e entidades responsáveis pela implementação de políticas públicas.

- Contributo do Programa para a aplicação do acervo da União, bem como para a cooperação e a solidariedade entre os Estados-Membros

Não obstante o facto de não existir um contributo verificável ao nível da execução do Programa, importa sublinhar o lançamento do **primeiro aviso FAMI2030-2023-1, de 9,4 M€**, enquadrado no artigo 19.º do Regulamento (UE) 2021/1147 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021 e destinado a reforçar a solidariedade e a cooperação com os países terceiros afetados pelos fluxos migratórios, designadamente através da reinstalação na União e de outras vias legais para obtenção de proteção na União.

- Ações de comunicação e de promoção da notoriedade

Pese embora não ser possível sinalizar ações executadas ao abrigo deste tópico, assinalam-se as atividades preparatórias para a **aquisição de serviços externos de desenho do plano de comunicação** e para a **criação do website** do Programa FAMI 2030, bem como a existência da **marca FAMI 2030** e o respetivo **logotipo** oficial.

- Cumprimento das condições habilitadoras aplicáveis e a sua aplicação ao longo do período de programação

As condições habilitadoras horizontais aplicáveis ao Programa FAMI 2030 (H1, H3 e H4) encontram-se **cumpridas**, estando definido um **rigoroso modelo de acompanhamento técnico** do seu cumprimento ao longo do período de programação que integra a AD&C, a autoridade de gestão e o comité de acompanhamento do Programa FAMI 2030.

- Número de pessoas admitidas ao abrigo de programas de reinstalação ou de admissão por motivos humanitários

No horizonte temporal abrangido pelo presente relatório, **não foram executadas e cofinanciadas quaisquer transferências** ao abrigo do artigo 19.º do Regulamento (UE) 2021/1147 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021.

No entanto, importa dar nota do lançamento do primeiro **aviso FAMI2030-2023-1, de 9,4 M€**, que visa executar o primeiro exercício de *pledging* para a reinstalação e admissão por motivos humanitários 2021-2022.

- Número de requerentes de proteção internacional ou beneficiários de proteção internacional transferidos de um Estado-Membro

No horizonte temporal abrangido pelo presente relatório, **não foram executadas e cofinanciadas quaisquer transferências** ao abrigo do artigo 20.º do Regulamento (UE) 2021/1147 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021.

- Execução de projetos num país terceiro ou relacionados com um país terceiro

No horizonte temporal abrangido pelo presente relatório, **não foram executados e cofinanciados quaisquer projetos em países terceiros ou com estes relacionados**.